

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 194/2023 Pregão Eletrônico Para Fins De Registro De Preços № 093/2023 Processo Licitatório n.º 230 – Homologado em 30/11/2023

Ata de Registro de Preços para fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **LEONARDO A VERZA LTDA**, nos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, a empresa **LEONARDO A VERZA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 07.460.912/0002-76, estabelecida na Rua Pedro Mazurechen, n.º 133, Sala 01, Bairro São Pedro, Município de Porto União - SC, Telefone para Contato n.º (42) 3677-1386, e-mail: lvlicitacaofilial@gmail.com, neste ato representada pelo senhor Leonardo André Versa, Portador do RG n.º 8.777.590-9 e do CPF n.º 040.950.039-95, vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, firmar com o CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pela Prefeito, o senhor Prefeito Leomar Rohden, brasileiro, casado, portador do CPF nº 550.079,379-91, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado **MUNICÍPIO**, obrigam-se ao que segue.

Cláusula primeira - Do Objeto:

Contratação de empresa(s) para futuro e eventual fornecimento de diversos Materiais e Equipamentos de Informática, para manutenção das atividades do Departamento de Informática e demais Secretarias do Município de Pato Bragado – PR, conforme quantidades e condições mínimas abaixo relacionadas:

Lote		Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor	Valor Total
Lote	Item	Troduco	Officace	Marca	Qtue	Unitário	Valor Total
1	1	WINDOWS SERVER 2022 STANDARD LICENÇA VITALÍCIA DO WINDOWS SERVER 2022 NA VERSÃO STANDARD; EXECUTAR CARGAS DE TRABALHO COMERCIALMENTE CRÍTICAS EM DATACENTER, NA NUVEM E NA BORDA; SEGURANÇA AVANÇADA COM VÁRIAS CAMADAS CONTRA AMEAÇAS; FERRAMENTAS APRIMORADAS PARA GERENCIAMENTO DE SERVIDOR HÍBRIDO; PACOTE DE LICENÇAS DE 16 NÚCLEOS INCLUÍDO, COM PELO MENOS 2(DUAS) CALS (1 LICENÇA DE ACESSO PARA CLIENTE E 1 LICENÇA DE ACESSO PARA USUÁRIO); A LICENÇA SERÁ VERIFICADA PELO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERÁ HOMOLOGADA JUNTO À MICROSOFT; A CHAVE DA LICENÇA DEVERÁ SER RECEBIDA DIRETAMENTE DA MICROSOFT;	UNIDADE	MICROSOFT SERVER 2022 STANDARD	1	R\$5.298,88	R\$5.298,88
19	1	CANETA PARA TABLET APROVAÇÕES E CERTIFICAÇÕES DE AGÊNCIAS: ROHS,CE; DURAÇÃO DA BATERIA: 200 HORAS; ALTURA: 150MM; LARGURA: 9.65MM; PROFUNDIDADE: 8.87MM: PESO: 0.015KG; MINIMA TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 5; MÁXIMA TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 40; DEVERÁ COM UM BOLSA EXTERNA PARA VOCÊ MANTER A CANETA ONDE PRECISAR. PRODUTO DEVERÁ SER DA MESMA MARCA QUE O ITEM 15 PARA PERFEITA SINCRONIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS MESMOS; (PRODUTOS EQUIVALENTES OU SUPERIORES A LENOVO PRECISION PEN 2 + PEN POUCH INCLUSO)	UNIDADE	LENOVO PECISION PEN 2	1	R\$388,93	R\$388,93



Estado do Paraná

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização desta Ata de Registro de Preços

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Eletrônica nº 093/2023, quanto a proposta adjudicada integram a presente Ata de Registro de Preços, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização destas Atas de Registros de Preços, ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is) de contratos:

- ✓ Claudia C. Kirsten Secretaria de Administração e Secretaria de Planejamento;
- ✓ Marlise Rosane Wojtiok Secretaria de Finanças e Gabinete;
- ✓ Vanessa Cristine Bendo Assmann Secretaria de Educação e Cultura;
- ✓ Debora A. Thomas Secretaria de Esportes e Lazer,
- ✓ Daiana Cristina Lehr Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo;
- ✓ Daiane Arnhold Secretaria de Saúde;
- ✓ Susane Paludo Martins Secretaria de Assistência Social;
- ✓ Claudete L. Scaravonatto Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
- √ Gilson Leske Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico.
- ✓ Maicon Fernando de Oliveira Responsável pela conferência de todos materiais e equipamento de Informática.

Parágrafo Único: Durante a execução contratual a contratante poderá incluir ou substituir os fiscais desta Ata de Registro de Preços, de acordo com interesse da administração pública, mediante termo de apostilamento contratual.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

- a) O valor global a ser praticado nesta Ata de Registro de Preços será de R\$ 5.687,81 (cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos).
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega das mercadorias, condicionados ao termo de aceitação assinado pela Secretaria Municipal solicitante.
- c) Caso ocorra atraso no pagamento, por culpa exclusiva do Município, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados pelo índice INPC ou outro que o vier a substituir, a contar do início do prazo previsto no item "b" desta cláusula.
- d) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- e) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- f) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular <u>da Empresa</u> no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g) O pagamento será efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.
- h) Os valores constantes da proposta vencedora poderão ser corrigidos anualmente pelos mesmos índices dos reajustes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, ou outro que o vier substituir, a pedido do contratado até a data do ato que eventualmente venha a prorrogar a vigência contratual quando houver índice positivo ou pela própria Administração quando negativo.

Cláusula quarta - Da Vigência da Ata de Registro de Preços e do Crédito Orçamentário



Estado do Paraná

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma.

Antes do vencimento da Ata de Registro de Preços, restando saldo e sendo vantajoso para a Administração, o mesmo poderá ser contratado, se assim também for de interesse do fornecedor.

As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
5107	2	14	0010.0301.1400	2034	34490523500000000000	Equipamentos de	1518
						processamento de dados	
5640	2	14	0010.0303.1400	2037	34490520600000000000	Aparelhos e equipamentos	21518
						de comunicação	
5640	2	14	0010.0303.1400	2037	34490523500000000000	Equipamentos de	21518
						processamento de dados	
5641	2	14	0010.0304.1400	2045	34490523500000000000	Equipamentos de	21518
						processamento de dados	
190	2	1	0004.0122.1050	2002	33390303000000000000	Material para comunicações	505
599	2	4	0004.0126.1050	2006	33390301700000000000	Material de processamento	505
						de dados	
599	2	4	0004.0126.1050	2006	33390304700000000000	Aquisição de softwares de	505
						base	
685	2	5	0004.0123.1050	2009	33390303000000000000	Material para comunicações	505
968	2	6	0004.0451.1050	2011	34490523500000000000	Equipamentos de	505
						processamento de dados	
1590	2	7	0012.0365.1150	2017	33390303000000000000	Material para comunicações	505
2128	2	10	0015.0452.1350	2026	33390303000000000000	Material para comunicações	505
2796	2	11	0008.0244.1450	2049	33390303000000000000	Material para comunicações	505
3032	2	12	0020.0606.1500	2057	33390303000000000000	Material para comunicações	505
3608	2	14	0010.0301.1400	2034	33390303000000000000	Material para comunicações	505
5790	2	4	0004.0122.1050	2005	33390303000000000000	Material para comunicações	20505
5792	2	4	0004.0126.1050	2006	34490523500000000000	Equipamentos de	20505
						processamento de dados	
5818	2	9	0027.0812.1250	2024	3339030300000000000	Material para comunicações	20505
5833	2	6	0004.0451.1050	2011	3339030300000000000	Material para comunicações	20505
5849	2	7	0012.0361.1150	2012	3339030300000000000	Material para comunicações	20000

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta Ata de Registro de Preços nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Fornecer as mercadorias no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ata de Registro de Preços.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.
- d) O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta Ata de Registro de Preços.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:



Estado do Paraná

O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 3% sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.

Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

Cláusula Sétima - Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.



Estado do Paraná

PARÁGRAFO ÚNICO — A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei Complementar Municipal 059/2015 e com as alterações subsequentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona - Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo ou por correio eletrônico. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/02, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei Complementar Municipal 059/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:

Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

- ✓ A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- ✓ Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando a Contratante á ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- ✓ Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- ✓ Entregar os materiais, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
- ✓ Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- ✓ Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- ✓ Comunicar a Contratante imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- ✓ Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.



Estado do Paraná

- ✓ Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, de acordo com as especificações contidas no Edital e na proposta de preço apresentada, ficando a licitante vencedora obrigada a corrigir, remover ou substituir em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou mal funcionamento.
- ✓ Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da licitação.
- ✓ Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da contratada.
- ✓ A Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas, regulamentadoras, de segurança, de higiene, medicina do trabalho e ambientais, conforme exigido por meio do art. 12, inc. VII, da Lei 8.666/1993. Não manter em seu quadro de pessoal, menores de idade, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- ✓ As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- ✓ Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários e Imposto de Renda que será retido na forma do Decreto Municipal nº 154/2023, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- ✓ Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, defeito de funcionamento irregular, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- √ Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de serviço
- ✓ Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- ✓ Além da suspensão do pagamento a não regularização da entrega acarretará na aplicação de penalidades;
- ✓ O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) constantes do anexo 1 deste edital, o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.
- ✓ Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.

PRAZOS E ENTREGA

- ✓ Depois de oficializado o pedido dos materiais, a empresa contratada deverá efetuar a entrega em até 15 (quinze) dias corridos.
- ✓ A entrega dos computadores deverá ser efetuada no Paço Municipal, junto ao Departamento de Informática, dentro do território do Município de Pato Bragado PR, sem custo adicional de frete e em horário de expediente, sendo das 8h às 11h00 e 13h30 às 17h.
- ✓ A entrega, instalação e configuração do painel de senha e guichê, deverá ser na sede do órgão solicitante, no endereço: Rua Florianópolis, 1177, Centro, Pato Bragado PR, sem custo adicional de frete e em horário de expediente, sendo das 8h às 11h00 e 13h30 às 17h.

DA GARANTIA:

- ✓ Os equipamentos e materiais deverão ser de ótima qualidade, garantia conforme descrito nos itens para os equipamentos de informática.
- ✓ Os microcomputadores deverão ter garantia de 24 (vinte e quatro) meses onsite.
- ✓ Para os aparelhos de celulares e demais itens a garantia mínima deverá ser de 12 (doze) meses.



Estado do Paraná

✓ Os itens que apresentarem algum defeito serão devolvidos, devendo a contratada substituí-los sem acarretar prejuízos para a contratante.

Cláusula Décima Segunda - Das Obrigações da Contratante:

- ✓ Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que o mesmo atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.
- ✓ Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- ✓ Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- ✓ Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- ✓ Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- ✓ Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- ✓ Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- ✓ Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura do Município de Pato Bragado – PR., em 04 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO – CONTRATANTE LEOMAR ROHDEN

LEONARDO A VERZA LTDA - CONTRATADA LEONARDO ANDRÉ VERSA